**Literatura, empatia e ética: a literatura como mecanismo de formação ético-afetiva**

Atson Paulo Barreto Santos

Professor de Filosofia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN/Pau dos Ferros). Licenciatura em Filosofia (UERN) e Mestrado em Ciências Sociais e Humanas (PPGCISH/UERN). E-mail: atsonsantos@gmail.com

**Resumo**

Os afetos foram considerados, desde a filosofia racionalista grega, como a principal vicissitude a ser superada para a consecução da vida ética e da felicidade. No entanto, a relevância ética da afetividade tem sido progressivamente resgatada e defendida, desde a filosofia até a neurociência: a capacidade de vivenciar e compreender as emoções do outro, chamada de empatia afetiva, e a compaixão, capacidade de experimentar a dor do outro, têm sido reclamadas como condições fundamentais da preocupação ética com o bem-estar do outro, seus direitos e interesses; eventos traumáticos como o Holocausto sugerem que uma sociedade guiada exclusivamente por uma racionalidade instrumental, cindida de qualquer elemento afetivo de empatia e compaixão, pode conduzir a práticas cruéis e desumanas, inclusive o genocídio. No entanto, embora existam evidências neurocientíficas de que essas capacidades afetivas possuem raízes neurológicas, a História evidencia que elas podem também ser anuladas por mecanismos sociais e pedagógicos ou, inversamente, estimuladas: logo, é forçoso que se reflita seriamente sobre a necessidade pedagógica de nutrir tais capacidades afetivas, com vistas ao objetivo de engendrar um cidadão defensor dos valores democráticos e dos princípios básicos da civilização ocidental, como os direitos humanos. A presente pesquisa, que adotou um metodologia de revisão bibliográfica sobre o tema, buscou compreender se a narrativa literária pode figurar com um mecanismo pedagógico de formação ético-afetiva dos estudantes, isto é, se seria capaz de promover um senso de empatia e compaixão por outros indivíduos e, e especial, por indivíduos de grupos sociais excluídos e estigmatizados, criando as condições afetivas para que discussões teóricas como a defesa dos direitos humanos possa lograr êxito.

**Palavras-Chave:** Ética. Afetividade. Empatia. Literatura. Inclusão.

**1 Introdução**

Desde a filosofia racionalista grega, a sensibilidade afetiva foi alvo de certa desvalorização e repressão: o termo grego para emoção, *pathos,* que figura em palavras como simpatia, apatia, antipatia e empatia, também figura em palavras como patologia e patogênico, indicando doença: os nomes técnicos das doenças trazem *pathos* como sufixo, como em psicopatia, neuropatia, cardiopatia. A afetividade, considerada o negativo da racionalidade, foi considerada por alguns filósofos como a principal vicissitude a ser superada para o estabelecimento de uma convivência social pacífica e frutífera e para a realização da felicidade individual, que certamente constituem dois objetivos fundamentais da vida ou prática ética. Uma escola filosófica grega em particular, o estoicismo, estabeleceu como ideal da vida filosófica um estado conhecido como *ataraxia*, termo grego que designa um estado de imperturbabilidade, alcançado pela eliminação das paixões através do exercício da *apatia,* isto, de ausência de *pathos,* de emoções.

O estigma contra a sensibilidade afetiva e sua função negativa no âmbito da práxis ética certamente possui raízes filosóficas que remetem ao mundo antigo e à filosofia grega, mas também são inúmeras as posições filosóficas que questionam esse lugar comum filosófico que opõe racionalidade e afetividade e que associa às emoções um lugar de negação no campo da ética: filósofos como Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985) argumentaram que a racionalidade ocidental, ao se despir progressivamente de qualquer elemento de afetividade e de preocupação normativa, transformou-se numa racionalidade instrumental que continha em si os germes da barbárie e do horror que o século XX presenciou nas Grandes Guerras Mundiais e em genocídios como o Holocausto: como já assinalava Rousseau, “os homens nunca teriam passa­do de monstros se a natureza não lhes houvesse concedido a piedade para o apoio da razão**”**(ROUSSEAU, 2005, p. 191).

Zygmunt Bauman assinala, por exemplo, que a maioria dos perpetradores do Holocausto não eram psiquiatricamente anormais ou apresentavam qualquer déficit de capacidade cognitiva (1998, p. 38): muito pelo contrário, tratavam-se de pessoas muitas vezes intelectualmente sofisticadas, apreciadoras da mais complexa arte e filosofia europeia, cientistas e burocratas obcecados pelo espírito de organização, sistematização e eficiência: como o horror pôde ter emergido do seio de uma sociedade extremamente racional e pragmática?

Some-se a isso a descoberta empreendida pelas ciências psicológicas de que o indivíduo psicopata não demonstra um déficit cognitivo ou intelectual, embora seja constitucionalmente incapaz de sentir empatia afetiva por outras pessoas e seres sencientes (BARON-COHEN, 2011, p. 29-64): seu déficit é, portanto, de natureza afetiva, e isso parece comprometer profundamente sua capacidade de agir levando em consideração também os interesses de outrem.

Evidências de diferentes campos convergem para indicar que certas capacidades afetivas, especialmente as primas capacidades de empatia afetiva e compaixão, são fundamentais ao exercício da práxis ética, pois engendram as condições emocionais necessárias para que a preocupação com bem-estar do outro e o respeito por seus interesses e direitos possam germinar: um dos objetivos últimos do processo formativo brasileiro é a construção do cidadão democrático, guiado pelos valores éticos fundamentais do Ocidente, como a tolerância e o respeito aos direitos humanos; ora, em vista desse objetivo, é forçoso que se nutra uma preocupação pedagógica não somente com a formação conceitual e cognitiva no campo das teorias filosóficas da Ética, mas igualmente com as condições afetivas adequadas ao efetivo exercício da ética: é necessário formar também a sensibilidade afetiva dos estudantes para o exercício da ética e da cidadania democrática: no entanto, que mecanismos pedagógicos poderiam ser utilizados para formar, nos estudantes, a sensibilidade afetiva que propulsiona a preocupação ética com os direitos do outro? O problema da pesquisa, finalmente, poderia ser assim condensado: o uso pedagógico de narrativas literárias poderia ser utilizado como um mecanismo de formação da sensibilidade ética-afetiva dos estudantes?

O objetivo geral da pesquisa é compreender o potencial da narrativa literária como mecanismo de amplificação da empatia, especialmente por grupos estigmatizados ou excluídos, produzida a partir da identificação empática com um personagem fictício; como condição para esta discussão, objetiva-se também revisar a literatura acerca da relevância da afetividade e, especificamente, da empatia afetiva, para o exercício da práxis ética.

A pesquisa, de natureza qualitativa, utilizou-se exclusivamente da metodologia da revisão bibliográfica sobre o tema.

**2 O papel ético da afetividade e da empatia**

Desde o Iluminismo, no Século XVIII, a afetividade - corporificadas nas capacidades primas de compaixão e empatia – tem sido cada vez mais reclamada como condição fundamental ao exercício da ética: filósofos como Jean-Jacques Rousseau, David Hume, Adam Smith e Arthur Schopenhauer a estabeleceram como fundamento da moralidade humana (WISPÉ, 1991, p. 1-30). Para estes filósofos, a capacidade de compartilhar das emoções e, em especial, do sofrimento de outrem, é uma capacidade intrínseca à natureza humana, uma tendência inata da humanidade:

(...) A piedade é um sentimento natural que, moderando em cada indivíduo a atividade do amor de si mesmo, concorre para a conservação mútua de toda a espécie. É ela que nos leva a socorrer, sem refletir, aqueles que vemos sofrer; é ela que, no estado de natureza, substitui leis, costumes e virtude, com a vantagem de ninguém ficar tentando a desobedecer-lhes a doce voz; é ela que tolherá qualquer selvagem robusto de tirar de uma criança fraca, ou de um velho enfermo, sua subsistência adquirida a duras penas, se ele mesmo espera poder encontrar a sua em outro lugar; é ela que, em vez desta máxima sublime da justiça ponderada: *Faze ao próximo o que queres que te façam,* inspira a todos os homens esta outra máxima de bondade natural, bem menos perfeita, porém talvez mais útil que a precedente: *Alcança teu bem com o menor mal mais possível para o próximo.* É, em suma, nesse sentimento natural, mais do que nos argumentos sutis, que se deve procurar a causa da repugnância que todo homem experimentaria ao fazer o mal, mesmo independentemente das máximas da educação. Conquanto possa pertencer a Sócrates e aos espíritos de sua têmpera adquirir a virtude pela razão, há muito tempo o gênero humano já não existiria, se sua conservação só dependesse dos raciocínios daqueles que o compõem (ROUSSEAU, 2005, p. 192-193).

No século XX, a neurociência começou a descobrir os mecanismos neurológicos por trás da capacidade humana de compartilhar das emoções e do sofrimento de outras pessoas e seres sencientes: um desses achados certamente foi a existência dos neurônios-espelho, empreendida pelo neurocientista italiano Giacomo Rizzolatti (RIZOLATTI & SINIGAGLIA, 2006; PINKER, 2013, p. 772): estes neurônios, presentes em inúmeras regiões do cérebro humano, incluindo o sistema límbico, responsável pelo processamento das emoções, teriam a propriedade de reagir aos atos e emoções de outrem como se tais estímulos fossem produzidos de forma autônoma pelo cérebro, como se fossem estímulos neurológicos produzidos internamente e não observados externamente: explicariam fenômenos cotidianos como o bocejo por contágio e o contágio emocional; pesquisas utilizando-se de Ressonância Magnética Funcional (fMRI) demonstram que a observação da dor em terceiros desencadeia no cérebro a ativação de algumas das regiões envolvidas na experiência da dor vivenciada em primeira pessoa, sugerindo que o cérebro humano possui mecanismos neurológicos capazes de reagir ao sofrimento de outrem (quase) como se fosse o seu (PINKER, 2013, p. 773).

De um lado, a perspectiva filosófica de que uma razão despida de qualquer afetividade, como a razão instrumental conceituada pelos pensadores da escola de Frankfurt, conduziu à barbárie e ao horror e, de outro, achados neurocientíficos como a existência dos neurônios-espelho, convergiram no sentido de conduzir a uma reavaliação da relevância ética da afetividade e, em especial, da capacidade humana de compreender e compartilhar das emoções alheias, nomeada de empatia afetiva.

A capacidade de empatia tem sido crescentemente reclamada como fundamental à práxis ética e, seu conceito, progressivamente adentrado o campo da teoria ética: o termo significa, etimologicamente, colocar-se no interior do *páthos* alheio, isto é, compreender a perspectiva afetiva de outro ser. Blackburn assim define o termo:

Estado de “sintonia” emocional e cognitiva com outra pessoa, atingido, especificamente, através da compreensão da situação dessa outra pessoa a partir de dentro, ou seja, do que essa situação significa para ela. [...] O papel da empatia é muito discutido, quer na nossa compreensão dos outros, quer nas nossas respostas éticas... (1997, p. 115-116).

Se a empatia é uma tendência neurológica inata ao ser humano, ao menos duas observações adicionais precisam ser levadas em consideração: primeiramente, que é não é razoável tentar explicar um genocídio da magnitude do Holocausto a partir da proposição de uma incapacidade neurológica de compaixão ou de empatia afetiva por parte de seus perpetradores; que existam pessoas neurologicamente incapazes de empatia, as pesquisas o atestam, mas certamente não é razoável estender esse diagnóstico a toda uma sociedade, como a sociedade nazista; logo, para explicar fenômenos em que a crueldade humana se torna explícita, como genocídios, é necessário apelar para os mecanismos sociais, culturais e pedagógicos que aparentemente anulam qualquer propensão empática existente no cérebro humano; por outro lado, a história da humanidade também atesta que uma propensão empática no cérebro não redunda automaticamente em uma cultura de respeito, tolerância, reconhecimento e inclusão da alteridade; um cérebro empático não produz automaticamente uma sociedade ética:

A capacidade humana para a compaixão não é um reflexo desencadeado automaticamente pela presença de outro ser vivo. [...] Embora em todas as culturas as pessoas possam ter reações compassivas em relação a parentes, amigos e bebês, tendem a conter-se quando se trata de círculos mais amplos como vizinhos, estranhos, estrangeiros e outros seres sencientes (PINKER, 2013, p. 252).

A compreensão de que todo ser humano possui direitos básicos e inalienáveis não é, certamente, o ponto de partida da história humana: o ponto de partida moral da humanidade, contrariamente, é uma comunidade de iguais (num sentido muito restrito de igualdade), em que o status moral de ser humano, assim como a posse de direitos básicos e inalienáveis, era totalmente negado a grande maioria das pessoas; no mundo grego, por exemplo, o círculo moral tinha a mesma amplitude da cidadania na *pólis*: homens maiores de 21 anos, que fossem atenienses e filhos de pais atenienses. A empatia, ainda que uma tendência neurológica, não era uma prática espontânea com aqueles que não pertenciam ao círculo de consideração moral, ou comunidade moral: o conjunto de pessoas que detêm direitos morais, modernamente assimilados aos direitos humanos. Segundo Singer (2014), “historicamente, o círculo de seres a quem nós estendemos consideração moral se ampliou: primeiro, da tribo à nação, depois, à raça ou grupo étnico, depois, a todos os seres humanos, e, finalmente, aos animais não-humanos”. A expansão do círculo ou comunidade moral é um processo histórico longo, que possui diversos momentos decisivos e pontos de inflexão numa longa série histórica de exclusão e violência contra determinados grupos: um desses momentos decisivos

[...] teve início na época da Idade da Razão e do Iluminismo europeu nos séculos XVII e XVIII (embora tenha antecedentes na Grécia Clássica e na Renascença, e paralelos em outras partes do mundo). Esse foi o momento dos primeiros movimentos organizados para abolir formas de violência socialmente sancionadas como o despotismo, a escravidão, o duelo, a tortura judicial, a execução supersticiosa, as punições sádicas e a crueldade com animais, e foi também a época dos primeiros frêmitos do pacifismo sistemático. Alguns historiadores chamam essa transição de Revolução Humanitária (PINKER, 2013, p. 23).

A Revolução Humanitária foi um dos momentos chave de ampliação do círculo ou comunidade moral:

É claro que nenhuma mudança histórica acontece em um único trovão; correntes humanistas fluíram por séculos antes e depois do Iluminismo e em outras partes do mundo além do Ocidente. Mas a historiadora Lynn Hunt salienta, em *A invenção dos direitos humanos*, que estes foram ostensivamente defendidos em dois momentos da história. Um deles foi o final do século XVIII, época da Declaração de Independência americana, em 1776, e da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, na França. O outro foi em meados do século XX, quando o mundo ganhou a Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, seguida por uma série de Revoluções dos Direitos nas décadas Subsequentes (PINKER, 2013, p 200).

A Revolução Humanitária teria sido, portanto, a primeira tentativa de formulação dos direitos humanos e, para Pinker, um ponto de inflexão da história da violência e da crueldade contra outros seres humanos e também animais: no entanto, a questão que se coloca imediatamente é entender que fatores convergiram para produzir esse momento tão decisivo na história do progresso ético da humanidade e, uma vez identificado essas forças amplificadoras da sensibilidade ética, refletir se elas teriam ainda hoje um papel ético, social e pedagógico a desempenhar.

Para a historiadora Lynn Hunt, na supracitada obra *A Invenção dos Direitos Humanos* (2009), um dos fatores que engendraram a Revolução Humanitária foi a proliferação da literatura, mais especificamente, a febre de romances epistolares que varreu o mundo ocidental em meados do século XVIII: a literatura teria agido como um mecanismo de amplificação de empatia, levando os leitores a vivenciar imaginativamente os sofrimentos e dilemas de indivíduos até então excluídos do círculo de consideração moral. Tais romances

[...] encorajavam uma identificação extremamente intensa com os personagens e com isso tornava os leitores capazes de sentir empatia além das fronteiras de classe, sexo e nação. Os leitores do século XVIII, como as pessoas antes deles, sentiam empatia por aqueles que lhes eram próximos e por aqueles que eram muito obviamente seus semelhantes – as suas famílias imediatas, os seus parentes, as pessoas de sua paróquia, os seus iguais sociais costumeiros em geral. Mas pessoas do século XVIII tiveram de aprender a sentir empatia cruzando fronteiras mais amplamente definidas (HUNT, 2009, p. 38).

**3 A literatura como mecanismo de amplificação da empatia**

O auge da Revolução Humanitária coincidiu com o auge do romance epistolar, isto é, narrado através de cartas: Hunt defende, porém, que mais que uma simultaneidade casual, a febre de romances que varreu a Europa e se espalhou por todo o mundo ocidental em meados do século XVIII estabeleceu com a primeira grande vaga em defesa dos direitos humanos uma relação da causação, muito embora admita que certamente não terá sido a única causa desse complexo fenômeno histórico-social: para Pinker,

A ordem dos eventos segue a direção certa: avanços tecnológicos na atividade editorial, produção em massa de livros, expansão da alfabetização e popularidade do romance, tudo isso precedeu as grandes reformas humanitárias no século XVIII. E, em alguns casos, um romance ou relato biográfico muito popular demonstravelmente expôs uma grande faixa dos leitores ao sofrimento de uma classe obscura de vítimas e levou a uma mudança nas políticas (PINKER, 2013, p. 255).

Dentre tantas formas de arte e tantos gêneros literários já existentes, os romances epistolares mostraram-se singularmente eficazes em amplificar a empatia por seus personagens por algumas razões: o primeiro motivo, assinala Hunt, consiste no fato de que o romance epistolar não possui nenhum ponto de vista fora ou acima da ação, como um narrador onisciente, sendo totalmente narrado a partir das observações subjetivas dos personagens, permitindo um nível de identificação redobrado, pois intensificaria a sensação de se tratar de pessoas reais e não de personagens fictícios (HUNT, 2009, p. 42); todo o romance seria construído a partir de relatos subjetivos, da expressão da manifestação do eu interior dos personagens, permitindo o reconhecimento do mundo subjetivo dos personagens - crenças morais, vivências afetivas, perspectivas ideológicas, etc – de um modo que outras formas artísticas, como o teatro, ou outros gêneros literários, dificilmente permitiriam:

Uma peça, em contraste, não poderia se demorar dessa maneira sobre a manifestação de um eu interior, que no palco em geral tem de ser inferido a partir da ação ou da fala. Um romance de muitas centenas de páginas podia revelar um personagem ao longo do tempo e, ainda por cima, a partir da perspectiva do eu interior (HUNT, 2009, p. 43-45).

O impacto que esses romances epistolares exerceram sobre a sensibilidade coletiva europeia e ocidental foi dimensionado, em primeiro lugar, pelo *boom* de publicações inéditas, traduções para outros idiomas e o impressionante número reedições e reimpressões das obras mais célebres em alguns poucos anos (HUNT, 2009, p. 36ss); em segundo lugar, pelas resenhas e comentários acerca das obras produzidas pelos leitores e conservadas em cartas e livros do período: a relação que os leitores, de modo geral, estabeleciam com esses romances era profundamente passional; “os leitores do romance no século XVIII não o liam com prazer, mas antes com “paixão, delírio, espasmos e soluços” (HUNT, 2009, p. 36), o que sugere que a identificação empática com os protagonistas eram profundamente intensa e fervorosa; em última instância, pela reação de recusa e preocupação moralista que muitos indivíduos demonstraram acerca do impacto de tais leituras, que seriam moralmente degradantes e perniciosas, excitando desejos e sentimentos incompatíveis com a virtude, como a rebeldia e a luxúria.

A amplificação empática produzida pelos romances epistolares foi, em certo sentido, um efeito colateral provavelmente inesperado e inconsciente: a literatura de ficção produziu uma transformação na sensibilidade afetiva que precedeu e possibilitou uma mudança de natureza cognitiva: o florescimento de discursos filosóficos e políticos em defesa dos direitos humanos.

Os direitos humanos só puderem florescer quando as pessoas aprenderam a pensar nos outros como seus iguais, como seus semelhantes em algum modo fundamental. Aprenderam essa igualdade, ao menos em parte, experimentando a identificação com personagens comuns que pareciam dramaticamente presentes e familiares, mesmo que em última análise fictícios (HUNT, 2009, p. 58).

Além da hipótese da historiadora Lynn Hunt, outros estudos indicam que a capacidade que literatura possui de promover uma identificação empática com determinados personagens promove, frequentemente, uma transferência dessa sensibilização empática para além do personagem individual e fictício, deslizando para todo o grupo ou categoria social que ele representa: uma pesquisa coordenada pelo psicólogo social Charles Daniel Batson, da Universidade dos Kansas, buscou testar a relação entre narrativa como mecanismo de amplificação empática e a transferência dessa empatia despertada pelo personagem para o grupo que ele representa: a equipe realizou três variações de um experimento que objetivava avaliar se a experiência afetiva de empatia para com um indivíduo integrante de um grupo social estigmatizado, estimulada nos participantes através do contato com sua narrativa pessoal, poderia conduzi-los a uma avaliação mais benéfica não somente do protagonista/narrador, mas também do grupo social do qual ele participaria.

Foram realizadas três variações do experimento, com três narradores pertencentes a grupos estigmatizados: uma mulher soropositiva, um homem sem-teto e um assassino confesso (BATSON et al, 1997, p. 105-118).

Para submeter cada participante ao experimento sem levantar suspeitas quanto ao seu verdadeiro objetivo, a equipe criou um programa de rádio fictício batizado de *News from the Personal Side* (Notícias do Lado Pessoal), cuja proposta era apresentar as perspectivas pessoais de indivíduos enfrentando diferentes tipos de conflitos; os participantes eram levados a uma cabine e recebiam a recomendação explícita e reiterada de ouvir o programa ou de uma perspectiva objetiva e técnica, buscando evitar uma identificação emocional com a narrativa, ou de uma perspectiva empática, em que a recomendação era tentar vivenciar imaginativamente como seria estar na situação daquele indivíduo: para a consecução exitosa da pesquisa, era necessário avaliar se a narrativa realmente exercia um efeito amplificador da empatia pelo protagonista/narrador e, para isso, estabeleceu-se um grupo de controle: um grupo de pessoas submetidas à narrativa, mas instruídas reiteradamente a não exercer qualquer empatia pela narrador, avaliando o mais fria e tecnicamente possível o programa (BATSON et al, 1997, p.105ss).

Ao fim da narração, cada partícipe era levado a responder três questionários: o primeiro questionário buscava avaliar a reação empática ao personagem e à narrativa, buscando apreender e mensurar as emoções que os indivíduos sentiram ao ouvi-la; foram apresentados seis adjetivos/estados emocionais – empatia, simpatia, compaixão, coração mole, calor humano, ternura e comoção, e uma escala de 1 (um) a 7 (sete), em que 1 (um) representava nenhuma/nada e 7 (sete) significava extremamente; o segundo questionário buscava apreender a percepção emocional do grupo estigmatizado que o narrador representava; a escala ia de 1 (um) a 9 (nove) e continha perguntas como “Quanto você se importa com a situação das pessoas com AIDS? (1 = nada, 9 = muito)” e “Em geral, quais são seus sentimentos em relação às pessoas com AIDS? (1 = extremamente negativo, 9 - extremamente positivo)”; por último, o terceiro questionário avaliava quão interessante eles acharam o programa e qual a probabilidade de ouvi-lo espontaneamente (BATSON et al, 1997, p.105ss).

Além disso, os participantes foram divididos também conforme a versão responsabilizava ou não responsabilizava o narrador pela sua condição: no primeiro experimento, a mulher soropositiva, chamada ficticiamente de Julie, adquiria a doença ou por meio de uma transfusão de sangue após uma acidente de carro ou, alternativamente, após realizar relação sexual desprotegida após uma festa com amigos; no experimento dois, o homem ficticiamente batizado como Harold Mitchel tornou-se sem teto após uma doença severa (e, em função da idade e das delicadas condições de saúde, não conseguiu empregos novamente) ou, alternativamente, Harold tornara-se mendigo após largar um emprego que não gostava, sem nunca ter ser esforçado muito para obter um trabalho desde então; no último experimento, o homem ficticiamente batizado de James Stevens tinha assassinado o vizinho após um série crescente de desentendimentos e, como o homicídio fora premeditado, não havia um cenário alternativo em que ele não era responsável. A criação de versões alternativas baseados na responsabilidade individual pela condição caracterizadora do estigma buscou avaliar se a narrativa seria capaz de amplificar a empatia pelo narrador, estendida possivelmente ao grupo estigmatizado, ainda que houvesse um componente de responsabilidade pessoal pela situação (BATSON et al, 1997, p.105ss).

No tocante aos resultados, os indivíduos que tinham sido orientados a analisar de maneira empática a narrativa mostraram escores mais altos, isto é, mais positivos, no primeiro questionário, que as pessoas do grupo de controle, orientadas a se manter objetivas e técnicas: logo, a narrativa realmente exerceu um efeito amplificador de empatia pelo narrador/protagonista. Observou-se também que os escores de sentimentos empáticos eram menores na versão em que o personagem era responsável por sua condição negativa, mas ainda assim mostraram-se mais positivos que os do grupo de controle (os indivíduos orientados a avaliar friamente a história contada): logo, a narrativa realmente exerceu um efeito amplificador de empatia pelo narrador/protagonista, ainda que ele fosse de alguma forma responsável por sua condição dramática (BATSON et al, 1997, p.105ss).

O grande achado da pesquisa foi a descoberta de que a empatia engendrada, através da narrativa, por um indivíduo, implicou também em escores mais benéficos no segundo questionário, que buscava apreender o grau de positividade afetiva no tocante ao grupo que o narrador representava.

Na terceira versão do experimento, os escores relacionados às emoções compassivas com James (o assassino condenado) foram menores que os escores relacionados a Julie (a soropositiva) e com Harold (o sem-teto); além disso, no questionário que analisava a percepção dos participantes no tocante aos presidiários condenados por assassinato, a empatia promovida por James implicou em um aumento mais tímido de emoções positivas em relação ao grupo de presidiários homicidas; no entanto, os pesquisadores introduziram uma variação nesse terceiro experimento, após se dar conta de que os participantes poderiam pressentir algum tipo de manipulação de suas opiniões acerca do grupo estigmatizado e, em função disso, resistir a essa manipulação pressentida assinalando baixa empatia pelo grupo estigmatizado; por isso, no terceiro experimento, além dos questionários imediatamente aplicados após a narração, o questionário dois (que avaliava a percepção sobre o grupo de presidiários homicidas) foi reproduzido em uma pesquisa por telefone realizada duas semanas depois, sob outro pretexto, com os mesmos participantes (BATSON et al, 1997, p.105ss).

Batson e sua equipe (BATSON et al, 1997, p.105ss) antecipou dois efeitos possíveis e contrários dessa distância temporal em relação ao experimento: primeiramente, que o efeito empático produzido pela narrativa de James tivesse sido completamente diluído e esquecido, sendo fugaz; nesse caso, as emoções em relação ao grupo estigmatizado (presidiários condenados por homicídio) poderiam ser ainda piores, já que James e sua narrativa não seriam mencionados ou evocados de qualquer de maneira; a segunda possibilidade antevista era que o efeito empático persistisse, revelando-se duradoura e, talvez, mais positivamente nos escores da pesquisa por telefone: a grande surpresa de Batson e sua equipe consistiu no fato de que, duas semanas após o experimento, os participantes relataram uma percepção consideravelmente mais positiva sobre o grupo estigmatizado de presidiários homicidas do que aquela apresentada imediatamente após (o relato pessoal de James):

Mas então aconteceu uma inflexão na inflexão. Uma ou duas semanas mais tarde os participantes receberam um telefonema inesperado, de um entrevistador que estava fazendo uma pesquisa sobre reforma penitenciária. (A pessoa trabalhava com os organizadores do experimento, mas nenhum dos estudantes imaginava isso.) Embutido na pesquisa de opinião havia um quesito sobre atitudes diante de homicídios, semelhante à que os estudantes tinham preenchido no laboratório. A essa distância, o efeito do ato de assumir a perspectiva fez diferença. Os estudantes que semanas antes haviam tentado imaginar como James se sentia mostraram uma considerável guinada em sua atitude para com assassinos sentenciados. A influência retardada é o que os pesquisadores da persuasão denominam efeito adormecido. Quando as pessoas são submetidas a informações que modificam suas atitudes em um sentido que elas não aprovam — no caso, sentimentos mais brandos para com homicidas —, elas percebem a influência indesejada e conscientemente a cancelam. Mais tarde, quando baixam a guarda, sua mudança emocional se revela. O resultado final do estudo é que, mesmo quando um estranho pertence a um grupo que as pessoas se inclinam fortemente a repelir, ouvir sua história assumindo sua perspectiva pode realmente aumentar a simpatia por ele e pelo grupo que ele representa, e não apenas durante uns poucos minutos depois de ouvir a história (PINKER, 2013, p.787).

A pesquisa de Batson, no campo da psicologia social, converge com a tese de Hunt no campo da História: a empatia promovida por um personagem, ainda que fictício, pode deslizar para todo o grupo que ele representa e, desta forma, criar as condições afetivas para que a inclusão deste grupo na comunidade de indivíduos que devem ter seus interesses e direitos morais respeitados passe a ser também alvo de consideração teórica e filosófica e, finalmente, seja efetivada.

**4 Considerações Finais**

A empatia e a compaixão, embora possuam fundamentos neurológicos, podem ser suprimidas por certos mecanismos sociais e pedagógicos e, inversamente, estimuladas e amplificada por mecanismos sociais e pedagógicos outros: a literatura figura certamente como um mecanismo de ampliação de empatia: a narrativa ficcional, ao promover empatia por um personagem, lança uma luz empática também sobre o grupo que tal personagem representa, humanizando-o, criando as condições afetivas para que discussões teóricas sobre Etica e Direitos humanos possam encontrar acolhida e desenvolvimento.

Para a formação ética e democrática do estudante, há se levar também em consideração a formação de certos aspectos afetivos, como um senso de compaixão e empatia: nesse sentido, há evidências convergentes de que a literatura possa ser utilizada como ferramenta ou mecanismo humanizador, ampliando a capacidade empática dos estudantes e auxiliando o processo de inclusão social e moral.

**Referências**

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Dialética do Esclarecimento: Fragmentos Filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1985.

BARON-COHEN, Simon. Zero Degrees of empathy: a new theory of human Cruelty. Londres, Inglaterra: Allan Lane/Penguin, 2011.

BATSON, C. Daniel *et al.* Empathy and Attitudes: Can Feeling for a Member of a Stigmatized Group Improve Feelings Toward the Group?. Journal of Personality & Social Psychology, n. 72, pp. 105-118, 1997.

BAUMAN, Zygmunt. Modernidade e Holocausto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

BLACKBURN, Simon. Dicionário Oxford de filosofia. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PINKER, Steven. Os anjos bons da nossa natureza: Por que a violência diminuiu. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

RIZZOLATTI, Giacomo; SINIGAGLIA, Corrado. Las Neuronas espejo: los mecanismos de la empatía emocional. Barcelona, Espanha: Paidós, 2006.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SINGER, Peter. Os seres humanos estão melhorando? Disponível em: <https://www.fronteiras.com/artigos/os-seres-humanos-estao-melhorando>. Aceso em 27 de setembro de 2018.

WISPÉ, Lauren. The Psychology of Sympathy. Nova Iorque, Estados Unidos: Plenum Press, 1991.